

Ameaça ao panache

Desde o discurso do presidente José Sarney nas Nações Unidas, está-se estabelecendo em alguns círculos políticos brasileiros a convicção de que a firmeza das posições é condição *sine qua non* para que triunfem as teses econômicas da Novíssima República. Nada melhor do que ter princípios para realizar uma política; perigoso é, no entanto, fazer dos princípios a origem e o fim das coisas, associá-los a uma vontade apartada da realidade e desconhecer os condicionantes objetivos das relações internacionais. Especialmente quando a vontade e os princípios se aplicam sobre o vazio.

O presidente José Sarney fixou os princípios inegociáveis para o Brasil, um dos quais é o crescimento de 5% ao ano. O ministro Dilson Funaro, retirando as conseqüências da fala presidencial (*Roma locuta, causa finita*), estabeleceu outros princípios igualmente não passíveis de negociação, embora não apresentados com essa clareza. Entre eles está a necessidade de os países credores proverem "regulamentação flexível para seus sistemas bancários", a qual é afirmada ao mesmo tempo em que se os condena por não terem adotado políticas que auxiliassem os bancos credores "no processo de reestruturação, refinanciamento dos pagamentos de juros e diferenciação entre os riscos de transferência e os de solvência".

Tomados pelo candor dos que não vêem saída para os problemas além das fórmulas que são capazes de excitar, o presidente, primeiro, e o ministro da Fazenda, depois, parecem transferir para os países credores a responsabilidade de resolver o problema da dívida externa brasileira — e, para demonstrar que o Brasil fala sério pela primeira vez na cena internacional, o

ministro Funaro assomou à tribuna em Seul para reclamar medidas em nome de quase toda a América Latina.

O "clube dos devedores", do qual a Velha República não queria participar, constituiu-se de fato; e, usando o Brasil como sapador, os devedores latino-americanos decidiram transferir para os governos credores os seus problemas. Tudo como na anedota: depois de pensar em suicídio durante uma semana, o devedor assustou a mulher, rindo em plena madrugada. Diante do espanto da pobre criatura, que já não sabia como iria alimentar os filhos, dada a falência próxima do marido, esse lhe disse, tranqüilo e sorridente: "O problema é do João, pois não vou pagar a duplicata". E riu-se, riu-se...

Na verdade, o País necessita tomar consciência de que a posição brasileira poderá acabar chegando a esse absurdo. Ao falar na reunião do Comitê Interino do FMI, o que o ministro Funaro deixou claro é que os governos dos países credores devem reformular toda a sua legislação bancária para permitir que os governos dos países devedores possam realizar em tranqüilidade seus programas de desenvolvimento, eliminando o desemprego e as tensões sociais. A questão, porém, é que muitos dos governos dos países credores têm problemas semelhantes pela frente: desemprego, inflação e, mais do que isso, a necessidade de ganhar eleições. Nem por isso, entretanto, deixam de pensar ortodoxamente no futuro...

A situação que começa a esboçar-se entre o Brasil, o FMI e os credores é analisada do ponto de vista econômico em outro editorial. O que nos preocupa é a candura com que o ministro da Fazenda enfrenta, ou diz enfrentar, situação em que a comunidade financeira internacional já fez sua clara esco-

lha. Quando o diretor-gerente do FMI, de Larosière, faz o elogio público da Argentina e da Coréia do Sul por terem decidido assumir as responsabilidades de combater a inflação e criar as condições de desenvolvimento, deixa claro qual a política que gostaria de ver o Brasil seguir, não para maior glória da ortodoxia, mas sim para garantia de que amanhã, depois de um crescimento de 5%, o Brasil não se veja na humilhante contingência de ter de pedir ao Tesouro norte-americano que volte a fazer um empréstimo-ponte. Seria trágico, para dizer o menos, se o presidente Reagan viesse de novo ao Brasil trazendo no bolso um cheque de um bilhão de dólares para impedir a crise final do comércio exterior brasileiro. Ora, na medida em que o Fundo Monetário Internacional prefere defender a ortodoxia, a esperança do ministro Funaro em que o Congresso norte-americano, a Câmara dos Comuns, a Assembléia Nacional francesa, o Bundestag alemão etc., etc. modifiquem as legislações internas para que o Brasil tenha condições de continuar crescendo sem problemas pode ser vã. Se se revelar frustra, que alternativa terá o presidente Sarney?

A dívida brasileira, ao contrário do que se pensa, não é um mero problema financeiro; faz parte de jogo internacional de grande envergadura, para o qual, talvez, o ideal terceiromundista da Novíssima República não forneça ao Brasil cabedal para participar. É possível até que, condoídos, os governos estrangeiros encontrem uma saída para as eventuais dificuldades financeiras do Brasil — será ela, contudo, diferente do que representou para o *panache* da diplomacia brasileira o empréstimo-ponte do Tesouro norte-americano?